



---

**Requerimento nº 25/2009**  
**(Dos Srs. Luiz Couto e Pedro Wilson e da Sra. Iriny Lopes)**

Requeremos a participação desta Comissão de Direitos Humanos e Minorias no processo de planejamento e realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, a realizar-se no começo de dezembro de 2009, em Brasília, precedida por etapa estadual.

**Justificativa**

A realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação é demanda histórica do movimento pela democratização dessa área estratégica para o exercício de todos os direitos humanos. Desde a Assembléia Constituinte de 1988, uma ampla articulação entre entidades e acadêmicos reivindica a regulamentação dos Artigos 220, 221 e 222 da Constituição Federal, que tratam da comunicação social.

Os objetivos gerais desses atores - que possuem trajetórias de participação democrática na história recente do Brasil - são os de garantir a liberdade de expressão e de acesso aos meios de comunicação a todos os setores da sociedade, critérios transparentes para as concessões de canais de TV e Rádio, garantia de espaço para ações educativas, respeito a valores sociais e aos direitos humanos nas programações, regionalização da produção e atualização do marco legal face às inovações tecnológicas como a convergência digital.

Infelizmente, este debate tem sido desencorajado e até interdito por parte das corporações que controlam a mídia comercial. Não raro, concessões públicas são usadas para desqualificar as legítimas tentativas de colocar o tema em pauta, com acusações de que debater o papel dos meios de comunicação é censurar.

Cabe destacar que o poder de expressar-se e de ter acesso às informações constituem inalienável bem público. O direito à comunicação abre portas para os outros direitos humanos e, por isso, interessa a toda a sociedade, e não só aos empresários, profissionais e estudiosos do setor.

O espaço para incorporar a participação de toda a população interessada, toda a sociedade organizada, todos os segmentos empresariais e comunitários envolvidos - sem exceção - para proceder ao levantamento de propostas para atualizar o marco legal e criar novas políticas públicas em comunicação é a Conferência Nacional. A democracia brasileira criou essa formidável ferramenta de



participação, que tem sido bem-sucedida para a construção de propostas de políticas setoriais. De 2003 a 2008, 51 conferências foram realizadas.

Esta Comissão tem atuado, desde 2005, na consolidação do conceito de comunicação como direito. Naquele ano, realizou um seminário nacional com grande afluxo de participantes provenientes de todas as áreas, quando comemorou os 25 anos do Relatório McBride, documento da Unesco que reconheceu a comunicação como direito de todos. As sucessivas conferências de direitos humanos, entre outros eventos, têm propugnado pela realização da Conferência de Comunicação.

Por essa razão o colegiado tem sido parte ativa na mobilização social e sensibilização do governo para a convocação da Conferência. Ao lado das comissões de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática e a de Legislação Participativa, integra a Comissão Pró-Conferência Nacional de Comunicação (CPC), fórum de participação de movimentos sociais e entidades como o Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, atuante desde 1988.

O trabalho da CPC se materializou em dezenas de reuniões quinzenais, atos públicos em vários Estados e no Congresso Nacional, articulação com outras entidades civis e agentes políticos, diálogos com os segmentos empresariais da área de comunicação que resultaram na concordância dos mesmos em participar da Conferência; audiências com autoridades, publicação de artigos, construção do site [www.proconferencia.com.br](http://www.proconferencia.com.br), aprovação de emenda ao PPA e ao Orçamento da União que garantiu recursos para viabilizar a Conferência.

Fruto desses esforços, o anúncio da convocação da 1ª Conferência Nacional de Comunicação pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante o Fórum Social Mundial, em janeiro, elevou a luta pela democratização da comunicação a um novo patamar. Agora é mobilizar e formular propostas que melhorem a capacidade de o setor de comunicação contribuir para o desenvolvimento do país e o aperfeiçoamento da democracia.

Nas próximas semanas espera-se a publicação do Decreto com a convocação da Conferência. Ele deverá trazer objetivos, tema e calendário. A promoção de eventos preparatórios deve ocorrer até junho, as etapas estaduais entre julho e setembro e a etapa nacional nos dias 1º, 2 e 3 de dezembro de 2009.

Depois de ter tido uma participação ativa em todo esse processo, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias pode continuar a oferecer uma contribuição importante na consolidação do direito humano à comunicação, até pela



CÂMARA DOS DEPUTADOS  
Comissão de Direitos Humanos e Minorias



---

experiência que acumulou nas 11 edições da Conferência Nacional de Direitos Humanos que coordenou, ao lado das organizações da sociedade civil e da Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

Sala das Sessões, 20 de março de 2009

Deputado Luiz Couto  
PT/PB

Deputado Pedro Wilson  
PT/GO

Deputada Iriny Lopes  
PT/ES